



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.009580/2019-08

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de café e bebidas quentes, com disponibilização de máquinas automáticas, sob a forma de comodato, nas dependências do Escritório Central no Rio de Janeiro/RJ e Escritório Regional em São Paulo/SP da Agência Nacional do Cinema, compreendendo o emprego de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Devem ser disponibilizadas 17 (dezesete máquinas) conforme detalhado em seção específica.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de café e bebidas quentes, com disponibilização de máquinas automáticas, sob a forma de comodato.

1.4. Os quantitativos são os discriminados na tabela constante na tabela abaixo:

Faixa			Quantidade Mensal (doses)	
			Limite total demanda (cumulativo)	Franquia e Excedente (por faixa)
Franquia	I	0 até 13.739	13.739	13.739
Excedente	II	A partir de 13.740	19.200	5.461

Resumo :

Doses de Café/ mensal - contratação		
Franquia	Excedente	Total máximo estimado
13.739	5.461	19.200

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA e OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Diante do atual cenário econômico pelo qual atravessa o país, que ocasionou contingenciamento orçamentário em toda Administração Pública Federal, foram realizados estudos para otimizar os gastos no âmbito da ANCINE. Com isso, verificou-se a necessidade de reformular algumas contratações de serviços e aquisições com vistas a adequar as receitas à essa nova realidade econômico-financeira.

2.2. O atual modelo de contratação vigente abrange prestação de serviços continuados de Copeiragem, Garçonaria e Carregador, com o fornecimento de mão de obra, material de consumo (incluindo o fornecimento de café e bebidas quentes), utensílios e equipamentos, para os escritórios da ANCINE.

2.3. Com a iminência do término da vigência da citada contratação, que se dará em 04/01/2020, foram realizados estudos para equalizar as despesas com as receitas de modo a atender ao interesse público, consistente na preservação do bem-estar dos servidores, estagiários, colaboradores e visitantes e, assim, manter a satisfação e o clima organizacional na instituição.

2.4. Os motivos que levaram a Administração a escolher o modelo de disponibilização de máquinas de bebidas quentes decorreu de análises e ponderações constantes nos autos.

2.5. A propósito, os estudos acima mencionados apresentaram 6 (seis) cenários nos quais foram considerados: manutenção do modelo atual de contratação, redução de postos, inclusão apenas de máquinas e combinação de ambas medidas, que possibilitariam uma redução dos valores pagos entre 33% a 75%, conforme Item 5.8 a 5.14 da Nota Técnica Nota Técnica N.º: 3-E/2019 (1436392).

2.6. Com isso, a Deliberação Ad Referendum nº 35-E/2019 (1440423) autorizou o modelo apresentado no cenário 6 (seis), consistente na contratação de 16 (dezesesseis) máquinas de café para o escritório do Rio de Janeiro e uma para São Paulo. Essa alternativa deverá incluir a opção de pagamento direto pelo usuário de bebidas diferentes de café puro (café com leite, leite, capuccino, chocolate e chá de limão).

2.7. Nesse contexto, chegou-se à conclusão que a automação dos serviços sem a contratação de mão de obra seria a solução mais vantajosa e eficaz para ajustar os recursos orçamentários às rubricas discricionárias, sem perda substancial de sua qualidade.

2.8. A contratação pretendida objetiva, a um só tempo, observar as limitações financeiras e dar continuidade aos serviços em questão – embora com um escopo menor – com o oferecimento tão somente de café e demais bebidas quentes, contribuindo assim para integração dos usuários internos e externos da Agência.

2.9. Ademais, os serviços objeto deste termo de referência não engloba mão de obra e será executado de forma indireta, pois é meramente acessório e auxilia no regular funcionamento da Agência.

2.10. A licitante vencedora deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos no item 6 deste Termo de Referência.

2.11. Optou-se pelo não parcelamento da solução, conforme segue demonstrado:

2.11.1. Vislumbra-se a inviabilidade técnica e econômica da divisão da solução devido os serviços apresentarem as mesmas características. É mais vantajoso para administração que a empresa contratada ofereça os serviços conjuntamente, tanto no Escritório Central localizado no município do Rio de Janeiro quanto no Escritório Regional localizado no município de São Paulo, pois o custo total da contratação pode ser menor em razão da economia de escala;

2.11.2. A oferta separada do serviço pode culminar com a celebração de contratos com empresas diversas, o que encareceria e dificultaria a fiscalização técnica e administrativa. A multiplicidade de contratadas poderá gerar retrabalhos, ausência de uniformização de procedimentos e prejudicar a comunicação; e

2.11.3. A divisão da solução não se revela vantajosa e torna a contratação ineficiente, portanto, indesejável para Administração.

2.11.4. Assim, sob a ótica do procedimento licitatório, levando em conta as quantidades dos serviços pretendidos e a otimização da gestão, bem como a prática administrativa decorrentes de contratações anteriores neste segmento, é recomendável que a prestação dos serviços possua o mesmo fornecedor.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O atendimento da demanda consiste no fornecimento de máquinas de bebidas quentes, abastecidas com os insumos necessários, conforme especificados no item 5 deste Termo de Referência.

3.2. As máquinas devem estar ligadas em tomadas padrão brasileiro, tensão 220v e devem possuir sistema de alimentação com água encanada (com sistema filtrante) ou mineral em garrações de 20 litros disponibilizados pela contratante, sendo a troca de responsabilidade da contratada.

3.3. As máquinas devem ser objeto de manutenção constante por parte da contratada, de maneira a estarem sempre higienizadas e abastecidas com os insumos necessários para o preparo de bebidas.

3.4. Será de responsabilidade da contratada o correto descarte de materiais gerados em decorrência do preparo das bebidas, como recipientes de insumos e restos de café do interior dos equipamentos, observando os critérios de sustentabilidade descritos no item 6 deste Termo de Referência.

3.5. As máquinas devem possuir métodos claros para proporcionar ao consumidor a escolha da sua bebida, no caso de cafés, incluindo a opção do preparo sem açúcar.

3.6. As máquinas deverão preparar os produtos de forma totalmente automatizada, inclusive, disponibilizar copo e misturador sem a necessidade de interação do consumidor, bastando efetuar a retirada do copo com o produto já preparado.

3.7. Os produtos deverão manter temperatura adequada para o consumo.

3.8. A critério da CONTRATANTE, será viabilizado à empresa CONTRATADA espaço para armazenagem dos insumos nas dependências da CONTRATANTE, a fim de facilitar a reposição.

3.9. Devem ser disponibilizadas, pela ANCINE, lixeiras ou outros recipientes para descarte de copos e misturadores.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. DAS MÁQUINAS:

5.1.1. As máquinas a serem fornecidas e instaladas deverão possuir no mínimo as seguintes especificações técnicas:

- I - Operar em sistema “self-service” em todas as fases de preparação de café e demais bebidas quentes (Café Expresso em Grãos, Café Expresso em Grãos Suave, Leite, Café com Leite, Cappuccino, Chocolate e Chá), com completo sistema de higiene e dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos;
- II - Todas as fases de preparação dos produtos deverão ser automatizadas, dispensando qualquer contato manual, inclusive copos e mexedores, que deverão estar em compartimento próprio no interior da máquina;
- III - Efetuar auto-lavagem com água à temperatura mínima de 97°C.;
- IV - Conter todos os insumos acondicionados em compartimentos fechados próprios das máquinas e manter os produtos processados em reservatórios apropriados;
- V - Deverão possuir capacidade individual (autonomia) para produzir, no mínimo, 170 doses de bebidas quentes por dia, sem reposição de insumos;
- VI - Operar com alimentação direta da rede hidráulica por acoplamento rosqueável ($\frac{1}{2}$ ” ou $\frac{3}{4}$ ”) ou, excepcionalmente, com galão de 20 litros de água mineral, conforme as exigências do local de instalação, a critério da CONTRATANTE, podendo ser alterado o mecanismo de fornecimento de água pela CONTRATADA, desde que autorizado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional;
- VII - No caso de alimentação direta pela rede hidráulica, a CONTRATADA deverá utilizar elementos filtrantes, de carvão ativado com prata e substituir as velas no período correspondente a cada 3 (três) meses ou quando solicitado pelo fiscal do contrato, sem ônus adicional;
- VIII - Nos casos excepcionais de falta de água mediante alimentação pela rede hidráulica, a máquina deverá operar com galão de 20 (vinte) litros de água mineral, cujo fornecimento ficará por conta da CONTRATANTE.
- IX - Para acomodação dos galões de água, as máquinas deverão ser equipadas com os respectivos gabinetes, da mesma cor e modelo, os quais serão fornecidos por inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- X - Operar com sistema livre para consumo, observado o limite máximo de doses contratadas;
- XI - Possuir contador digital ou analógico, ou ambos, para fins de registro/acompanhamento da quantidade de doses efetivamente consumidas;
- XII - Serem equipadas com dispositivo de fechamento, para evitar acesso de insetos ou objetos indesejáveis no reservatório de água e demais componentes necessários ao funcionamento das máquinas;
- XIII - Fornecer açúcar automaticamente com regulador de quantidade;
- XIV - Fornecer misturadores, automaticamente;
- XV - Possuir visor iluminado para orientar os usuários e técnicos com mensagens em português;
- XVI - Possuir tensão de alimentação de 220v;
- XVII - Possuir manual com instruções técnicas;

5.1.2. As máquinas deverão ser previamente testadas e aprovadas pela CONTRATANTE, devendo ser observado o atendimento aos critérios mínimos descritos neste Termo

de Referência e na proposta comercial;

- 5.1.3. Quando das instalações das máquinas e a critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar o manual dos respectivos equipamentos, bem como prestar as devidas instruções técnicas à Administração;
- 5.1.4. Deverão ser instaladas máquinas em perfeito estado de conservação e funcionamento, com programação e visualização de contador geral e identificador de máquina;
- 5.1.5. Na entrega dos equipamentos a CONTRATADA fica obrigada a apresentar Nota Fiscal ou documento equivalente que comprovará a data da aquisição, além de constar características das máquinas ofertadas (por exemplo: número de série, modelo, procedência etc.) de modo a identificá-las. As máquinas instaladas serão objeto de vistoria quanto à total limpeza e higienização e serão rejeitadas as que apresentarem qualquer sinal de contaminação ou avaria.
- 5.1.6. A empresa a ser CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos previstos nestas especificações;
- 5.1.7. A CONTRATANTE poderá alterar o local das máquinas alocadas em suas dependências, sem ônus adicional.

5.2. ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS:

- 5.2.1. A **CONTRATADA** deverá assegurar o devido abastecimento das máquinas de modo a evitar a falta de insumos para o seu adequado funcionamento;
- 5.2.2. Na ocorrência de falta de qualquer insumo, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato a respectiva reposição;
- 5.2.3. A qualidade dos insumos será supervisionada a critério da fiscalização técnica do contrato no ato da entrega dos produtos;
- 5.2.4. Caso o insumo esteja fora da especificação contratual não será permitido o seu descarregamento nas dependências da CONTRATANTE, efetuando a fiscalização contratual o registro em relatório de entrega de material de consumo para máquinas de café e bebidas quentes;
- 5.2.5. A fiscalização técnica do contrato deverá acompanhar, a seu critério, se o estoque de insumos é suficiente para o abastecimento das máquinas;
- 5.2.6. A CONTRATADA deverá providenciar, se for o caso, a troca do galão de água mineral nas máquinas, sendo o fornecimento deste insumo de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS

- 5.3.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela conservação técnica, mecânica e operacional das máquinas instaladas nas dependências da CONTRATANTE, de modo a mantê-las em plena capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornarem necessários, sem ônus adicional, devendo os serviços serem executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 18h, salvo autorização da CONTRATANTE;
- 5.3.2. A CONTRATADA deverá, no momento da manutenção preventiva ou corretiva, executar os devidos testes, lubrificações, regulagens, ajustes e reparos necessários, sem para tal solicitar qualquer dose de bebida a ser paga pela CONTRATANTE;
- 5.3.3. Na ocorrência de problemas eletromecânicos, como: substituição de peças, impossibilidade de funcionamento de equipamento, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA o correspondente conserto por telefone, correio eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, caso essa ainda não o tenha providenciado;
- 5.3.4. A CONTRATADA terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação para reparar o funcionamento eletromecânico do equipamento ou efetuar a sua

substituição;

5.3.5. As peças, partes e componentes que serão utilizados nas máquinas deverão ser necessariamente originais, novos e com garantia de fábrica/fornecedor/distribuidor;

5.3.6. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas com remoção parcial ou integral de qualquer equipamento para local de assistência técnica, bem como seu retorno ao local de uso;

5.3.7. Neste caso, a CONTRATADA deverá, a suas expensas, substituir a(s) máquina(s) danificada(s) por outra(s) em perfeito estado de conservação e funcionamento, de igual ou superior capacidade operacional, com as mesmas exigências e especificações dos equipamentos instalados inicialmente, mantendo sempre o quantitativo de máquinas especificado neste documento;

5.3.8. A CONTRATADA deverá substituir, em até 30 (trinta) dias corridos, os equipamentos que tenham motivado mais de 3 (três) ocorrências dentro do intervalo de 30 (trinta) dias corridos;

5.3.9. A CONTRATADA deverá promover adequadamente a limpeza de quaisquer resíduos decorrentes da realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

5.3.10. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal especializado suficiente para atendimento dos serviços de assistência técnica e manutenção, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão de empregados, entre outros.

5.4. BEBIDAS FORNECIDAS

5.4.1. Todas as máquinas instaladas deverão oferecer as seguintes bebidas:

- I -café expresso, em grãos, a serem moídos na hora, na quantidade mínima de 50 ml para cada dose;
- II -café expresso longo, em grãos, a serem moídos na hora, na quantidade mínima de 70 ml para cada dose;
- III -café expresso em grãos com leite, na quantidade aproximada de 110 ml para cada dose;
- IV -chocolate, na quantidade aproximada de 110 ml para cada dose;
- V -cappuccino, na quantidade aproximada de 110 ml para cada dose;
- VI -leite, na quantidade aproximada de 110 ml para cada dose; e
- VII - chá, na quantidade aproximada de 110 ml para cada dose.

5.4.2. Deve ser disponibilizada opção de bebida sem açúcar, no mínimo, para as bebidas dos incisos I e II do item anterior.

5.5. INSUMOS UTILIZADOS

5.5.1. Todas as despesas dos insumos utilizados para abastecimento, limpeza e manutenção das máquinas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5.2. A validade e a integridade dos insumos fornecidos serão de total responsabilidade da CONTRATADA, cabendo à fiscalização técnica do contrato inspecioná-los no momento da entrega.

5.5.3. Os insumos a serem utilizados nas máquinas deverão estar devidamente adequados às normas de vigilância sanitária vigentes, devendo possuir registros nos órgãos de controle competentes.

5.5.4. Além disso, os insumos deverão ser de boa qualidade e previamente aprovados pela CONTRATANTE, tais como:

5.5.4.1. AÇÚCAR: refinado ou cristalizado, marca União, Cristal ou similar;

5.5.4.2. ADOÇANTE DIETÉTICO: base de sucralose e/ou stevia, preferencialmente, das marcas referenciais: Linea, Zero Cal, Finn, União e Stevia;

5.5.4.3. CAFÉ: características do Produto: café, em grão, torrado, constituídos de grãos tipo 6 COB, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) e ausente de grãos preto-verdes e fermentados, gosto predominante de café arábica puro, com classificação de bebida Mole a Rio, isento de gosto Rio Zona, classificação sensorial de café superior, segundo certificação do PQC (Programa de Qualidade do Café).

5.5.4.3.1. Características Sensoriais Recomendáveis: Cafés com Categoria de Qualidade Superior devem apresentar Aroma e Sabor característico do produto, podendo ser Suave ou Intenso e obter em análise sensorial da bebida.

5.5.4.3.2. Características químicas (exigidas para cada g/100g): Umidade em 5% no máximo; resíduo mineral fixo em 5% no máximo; resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v em 1,0% no máximo; cafeína em 0,7% no mínimo; extrato aquoso em 25% no mínimo; extrato etéreo em 8,0% no mínimo.

5.5.4.3.3. Ponto de torra: Cafés com Categoria de Qualidade Superior podem apresentar pontos de torra numa faixa de moderadamente clara (Agtron /SCAA #75) a moderadamente escura (Agtron /SCAA #45), evitando cafés com pontos de torra muito escuros;

Ficha Técnica - Torração	Nº Disco Agtron	Classificação
Escura	45	Moderadamente Escura
Média	55	Média Clara
	65	Média Clara
Clara	75	Moderadamente Clara

5.5.4.3.4. O café fornecido deverá possuir o Certificado de Qualidade na Categoria Superior emitido pela ABIC.

5.5.4.3.5. A CONTRATADA deve obedecer às seguintes regulamentações adicionais relativas ao café:

I -Resolução n.º 277/05, de 23 de setembro de 2005; e

II-Instrução Normativa n.º 08 do Ministério da Agricultura.

5.5.4.4. CHOCOLATE EM PÓ: características do Produto: chocolate em pó, porção mínima de 20g por dose, marca Nestlé ou similar, com as seguintes características;

Composição	Valores	
	mínimo	máximo
Valor calórico	76 Kcal	86 Kcal
Carboidratos	10g	15g
Proteínas	1,8g	2,8g
Gorduras totais	1,6g	2,6g

Gorduras saturadas	1,0g	1,4g
Gorduras trans	0,0g	0,0g
Sódio	36mg	91mg
Fibra alimentar	0,2g	0,6g

5.5.4.5. LEITE EM PÓ: deve conter o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, porção mínima de 20g por dose, marca Nestlé ou similar, preferencialmente com as seguintes características referenciais:

Composição	Valores	
	mínimo	máximo
Valor calórico	68 Kcal	71 Kcal
Carboidratos	9,0g	12g
Proteínas	6,6g	7,0g
Gorduras totais	0,0g	0,0g
Gorduras saturadas	0,0g	0,0g
Gorduras trans	0,0g	0,0g
Sódio	85mg	120mg
Cálcio	260mg	500mg
Vitamina A	113µg RE	180µg RE
Vitamina D	0,75µg	1,5µg

5.5.4.6. CHÁ: limão ou mate ou hortelã ou erva cidreira ou ainda outro sabor definido pela CONTRATADA, após anuência da CONTRATANTE.

5.5.4.7. COPO DESCARTÁVEL, com capacidade de 160 ml, de boa resistência e

qualidade, de material apropriado para o uso ao qual se destina, devendo ser compatível com o equipamento e atender, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002, devendo preferencialmente, de acordo com a possibilidade de compatibilidade ao equipamento utilizado, atender a NBR/ABNT 15.448 -1 e 2/2008 (utilizar copos resistentes, comprovadamente, confeccionados de materiais alternativos aos copos descartáveis de plástico);

5.5.4.8. PALHETA de qualidade comprovada (misturador) de material sustentável apropriado para o uso ao qual se destina, compatível com o equipamento;

5.5.5. Todos os insumos a serem utilizados deverão ser previamente vistoriados, conferidos e aprovados pela fiscalização técnica do contrato, que somente aceitará aqueles que se encontrem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

5.5.6. A CONTRATADA deverá informar, quando da apresentação da proposta comercial, a relação dos insumos constando a marca de todos os produtos a serem utilizados no decorrer da prestação dos serviços (café em grão, café solúvel, açúcar refinado, leite em pó, cappuccino, chocolate, chá, copo e palheta, ambos de material sustentável). Os produtos deverão ser, durante todo o prazo contratual, da mesma marca relacionada na proposta, podendo ser trocados mediante autorização da CONTRATANTE.

5.5.7. Para a preparação dos produtos, serão consideradas as seguintes quantidades mínimas, por dose:

- I - café expresso e longo em grãos= 7 gramas;
- II - leite = 20 gramas de leite em pó;
- III - chocolate = 20 gramas de achocolatado com leite em pó;
- IV - café em grãos com leite = 7 gramas de café e 20 gramas de leite;
- V - cappuccino= 7 gramas de café, 7 gramas de chocolate e 7 gramas de leite.
- VI - chá = quantidade de acordo com o sabor;
- VII - água mineral (envasada em galões de 20 litros, quando for o caso) = volume da respectiva dose da bebida.

5.5.8. A falta de insumos deverá ser reposta no prazo de até 03 (três) horas.

5.5.9. A validade e a integridade dos produtos fornecidos serão de total responsabilidade da empresa CONTRATADA.

5.6. OUTROS REQUISITOS

5.6.1. Todas as despesas necessárias para realização dos serviços, desde a manutenção das máquinas, higienização, substituição de peças e/ou equipamentos, frete, abastecimento, até o fornecimento de insumos serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

5.6.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, fardos, caixas ou frascos violados ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto e que causem vazamento do açúcar refinado e/ou adoçante dietético.

5.6.3. Os lacres e selos de segurança das embalagens e frascos deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

5.6.4. A indicação de marca dos materiais é utilizada pela Administração visando acolher a qualidade mínima para o consumo.

5.6.5. Caso a licitante informe em sua proposta de preços uma marca diferente daquelas indicadas nestas Especificações Técnicas, o produto deverá possuir padrões de

qualidade, no mínimo, igual ou superior aos indicados, que deverão ser comprovados por meio de Laudo emitido em laboratório credenciado, sem ônus adicional.

5.6.6. Na hipótese do subitem anterior o laudo deverá ser submetido a avaliação da administração para fins de aceitabilidade.

5.6.7. A não aceitação pela Administração do produto indicado pela CONTRATADA, não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.

5.6.8. Quando necessário, a CONTRATADA deverá providenciar visita de técnico no local da instalação, sem ônus adicional.

6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Fornecer materiais, produtos de limpeza e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, tais quais Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, adequados e necessários à consecução dos serviços objeto da contratação, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

6.2. Fornecer dispensador automático de copos descartáveis e palhetas plásticas;

6.3. Utilizar copos preferencialmente confeccionados de materiais alternativos aos copos descartáveis de plástico;

6.4. Utilizar insumos cujos recursos naturais tenham origem ambientalmente regular e sustentável;

6.5. Atender, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em especial:

6.5.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.5.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, destinado ao Estado de São Paulo;

6.5.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

6.5.4. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados decorrentes da prestação dos serviços, e promova a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

6.5.5. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

6.5.6. O disposto neste item não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

6.5.7. A CONTRATADA deverá observar o correto descarte de material orgânico e lixo seco resultante da execução do Contrato.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3037-6049 ou 3037-6060.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. A vistoria será agendada em datas e horários específicos para cada licitante, de

modo a preservar o caráter competitivo do certame.

7.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.5. Os interessados que optarem por fazer a vistoria, receberão uma "Declaração de Vistoria", documento que deverá ser entregue juntamente com a proposta comercial vencedora e/ou dos requisitos de qualificação técnica.

7.6. A não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes (Acórdão nº 2.126/2016 - Plenário do TCU).

7.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato, quando a empresa terá um prazo de 10 (dez) dias para instalação de todas as máquinas: 16 (dezesesseis) nas unidades da ANCINE no Rio de Janeiro e 1(uma) no Escritório Regional de São Paulo.

8.2. A metodologia, rotinas, frequência e periodicidade de execução dos serviços estão detalhados ao longo deste Termo Referência.

8.3. O horário de funcionamento das máquinas automáticas será de 07h às 22h nas unidades da ANCINE no Rio de Janeiro e São Paulo, salvo em caso de autorização expressa da CONTRATANTE.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores a serem designados pela autoridade competente para representar a CONTRATANTE.

9.1.1. Será designado um fiscal técnico, um fiscal administrativo, o gestor do contrato e os seus respectivos substitutos.

9.1.2. Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer o poder-dever de fiscalização do objeto contratado.

9.1.3. Aos fiscais técnicos e administrativos competem acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/ 1993 e suas alterações.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

9.2.1. Todas as máquinas disponibilizadas devem ter contador para registro das doses, de forma a possibilitar aferição da quantidade consumida.

9.2.2. Para efeito de pagamento da franquia mínima e verificação do real consumo, serão consideradas as doses efetivamente consumidas, no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante a leitura do contador geral dos equipamentos, desde que tenham sido verificadas as condições estabelecidas para a aceitação da medição.

9.2.3. Quando a efetiva medição das doses consumidas apurada mensalmente for inferior à franquia mínima, deverá ser emitida a nota fiscal/fatura indicando:

I - o quantitativo efetivamente consumido, com valor unitário;

II - o quantitativo referente à complementação para a franquia mínima, com valor unitário.

9.2.4. Os quantitativos referentes ao inciso II do subitem anterior serão convertidos em valores monetários e registrados como crédito à ANCINE.

9.2.5. Na ocasião de consumo acima da franquia mínima, com entrada na(s) faixa(s) excedente(s), os valores acima da franquia mínima poderão ser abatidos por créditos acumulados nos meses anteriores.

9.2.6. Para efeito da primeira medição, caso o início da prestação do serviço não ocorra no primeiro dia útil do mês, o primeiro pagamento será feito considerando a proporcionalidade da franquia mensal com o número de dias da prestação dos serviços naquele mês, acrescido de eventual consumo excedente no mesmo período. Havendo consumo inferior à franquia proporcional, a diferença será considerada crédito conforme itens anteriores.

9.2.7. Procedimento análogo ao do item anterior deverá ser adotado no último mês de prestação do serviço, resguardado o direito à franquia mínima proporcional à CONTRATADA.

9.2.8. O pagamento de doses excedentes a quantidade total poderá ser autorizada pela própria Gestão/Fiscalização, conforme pactuado e respeitando o limite máximo do valor estimado para o contrato.

9.2.9. Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades (doses identificadas pelo registrador do equipamento) não utilizadas para fins de consumo, em decorrência de procedimentos de manutenção ou de higienização da(s) máquina(s), bem como de doses não completadas.

9.2.10. O técnico responsável pela manutenção e higienização das máquinas deverá registrar, diariamente, em formulário a ser entregue ao fiscal técnico do contrato todas as doses não utilizadas para fins de consumo em decorrência dos procedimentos de manutenção e higienização das máquinas.

9.2.11. Entende-se como situações de doses não completadas a falta de produto, copo ou ingrediente, produto agudado ou o fornecimento de doses em medições inferiores ao estabelecido neste Termo de Referência.

9.2.12. Para cada dose não utilizada ou não completada será efetuado o abatimento de 1 (uma) dose do total mensal registrado de doses consumidas, além das glosas possíveis, conforme previsto neste Termo de Referência.

9.2.13. Em caso de reincidência de ocorrência no mesmo equipamento, o abatimento a que se refere o subitem anterior será efetuado **em dobro**, após o término do prazo regulamentar de solução.

9.2.14. O controle de doses perdidas poderá ser feito pela ANCINE, inclusive a partir de cálculo por amostragem.

9.2.15. A elaboração do relatório diário de manutenção e higienização de máquinas, mencionado no item 9.2.10, bem como o de leitura mensal das doses consumidas será de responsabilidade da CONTRATADA sob supervisão da fiscalização da ANCINE, que deverão apor as suas respectivas assinaturas.

9.2.16. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão avaliados, mensalmente, por intermédio dos relatórios de conformidade da prestação dos serviços e dos registros de ocorrências, em consonância com os seguintes aspectos:

- I - os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - a qualidade e quantidade dos materiais, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados;
- III - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- IV - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- V - a satisfação do público usuário.

9.2.17. Caso ocorram as falhas ou não sejam observados os prazos para atendimento, previstos neste documento, incidirão descontos (*glosas*), calculados sobre o valor da

franquia, conforme o disposto na tabela a seguir, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis:

Item	DESCRIÇÃO	INDICADOR	GLOSA
I	Falta de insumo	Não solucionar em 1 (uma) hora problemas de falta de insumo em algum equipamento após comunicação do fato à empresa (por telefone ou e-mail), por ocorrência e por equipamento.	0,25% do valor da franquia mensal
II	Avaria na calibragem	Dosagem em desacordo com o especificado nos itens 5.5 e 5.5.7, por ocorrência e por equipamento.	0,25% do valor da franquia mensal
III	Insumo inadequado	Divergência entre insumo fornecido e o especificado na proposta comercial, por ocorrência.	0,5% do valor da franquia mensal
IV	Falhas no funcionamento dos equipamentos.	Não solucionar em 24 (vinte e quatro) horas problemas como avaria na calibragem do equipamento após comunicação do fato à empresa (por telefone ou e-mail), por ocorrência e por equipamento.	0,5% do valor da franquia mensal
V	Problemas eletromecânicos nas máquinas	Não solucionar em no máximo 24 (vinte e quatro) horas ou não substituir por outro igual ou superior, equipamento com problemas eletromecânicos após comunicação do fato à empresa (por telefone ou e-mail), por dia de atraso e por equipamento.	0,5 % do valor da franquia mensal
VI	Equipamento com ocorrências reiteradas.	Não substituir por outro igual ou superior em até 30 (trinta) dias corridos, equipamento que tenha motivado mais de 3 (três) ocorrências dentro do intervalo de 30 (trinta) dias corridos, após comunicação do fato à empresa (por telefone ou e-mail), por dia de atraso e por equipamento.	0,5% do valor da franquia mensal

9.2.18. O ajuste no pagamento/glosa será indicado pelo fiscal técnico do contrato. A base para aplicação do percentual deverá corresponder o valor da franquia relativa ao mês da constatação da ocorrência, podendo o valor ser glosado em faturas com vencimento vindouro.

9.2.19. Com base no relatório mensal fornecido pela CONTRATADA, a fiscalização técnica deverá proceder, se houver, as glosas correspondentes às ocorrências devidamente apuradas nas máquinas de bebidas quentes.

9.2.20. Havendo glosa, a fiscalização técnica deverá comunicar a CONTRATADA eventual desconto das doses não utilizadas para emissão da Nota Fiscal.

9.2.21. Os chamados para correção dos indicadores elencados acima deverão ser atendidos de segunda a sexta-feira, das 09h às 18h.

9.2.22. O primeiro mês de execução do contrato será usado para os devidos ajustes no serviço e orientações da fiscalização, passando a vigorar o atendimento dessa metodologia de avaliação da execução a partir do mês subsequente.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos itens 5.4 e 5.5 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A demanda da ANCINE tem como base as características contidas nos subitens abaixo:

11.1.1. Unidade **de medida**

11.1.1.1. A unidade de medida que será considerada na proposta é a dose.

11.1.2. Número **de consumidores**

11.1.2.1. O número de consumidores potenciais estimado pela ANCINE é de 606 pessoas entre servidores, terceirizados, estagiários e visitantes, que se traduz na seguinte tabela, que projeta esse número em valores mensais e para 12 meses (prazo de vigência contratual):

Quantitativo total - Público Interno e Externo			
	Público Consumidor na Agência (Potencial) Quantidade (dias úteis) http://www.dias-uteis.com/#a20		
	Público Interno (dias úteis)	Público Externo - visitantes (dias úteis)	Total
Diário	597	9	606
Mensal	12.537	189	12.726
Anual	150.444	2.268	152.712

11.1.3. **Franquia mínima e excedentes**

11.1.3.1. A franquía mínima mensal é o valor de doses que será considerado para pagamento à contratada até o consumo alcançar esse valor, proporcionando uma previsão mínima de faturamento mensal.

11.1.3.2. Além da franquía mínima, é estabelecida uma faixa de excedente, quando o consumo apurado superar a franquía mínima.

I- Franquia mínima:

a) faixa I: 13.739 doses mensais;

II- Excedente:

a) faixa II: 5.461 doses mensais além da faixa I, totalizando 19.200 doses mensais.

11.1.3.3. As doses ultrapassadas da franquía mínima estabelecida serão consideradas excedentes e terão valor unitário das doses franqueadas.

11.1.4. **Consumo mínimo e máximo**

11.1.4.1. Quando a efetiva medição das doses consumidas apurada em um ciclo de faturamento for inferior à franquía mínima, será considerado para pagamento o valor completo da franquía, sendo registrado e computado o quantitativo de doses da diferença a menor, devendo esta ser considerada como crédito para a ANCINE, a ser convertido em valor monetário e abatido de faturamentos posteriores nos casos em que houver consumo de doses excedentes.

11.1.4.2. A faixa II excedente não poderá, como regra, ser ultrapassada no mês de apuração. Entretanto, caso seja ultrapassada em eventual pico sazonal de demanda não prevista, o valor unitário pago por dose excedida será valor estabelecido no item 11.1.3.3.

11.1.5. **Quantidade de máquinas necessárias na Agência**

11.1.5.1. São necessárias 17 máquinas, assim distribuídas:

Máquinas de café – locais para instalação

Unidade Graça Aranha, 35 - RJ

Andar	Local
Sobreloja	Copa
2º Andar	Ao lado do bebedouro
3º Andar	Ao lado do bebedouro
4º Andar	Ao lado do bebedouro
5º Andar	Ao lado do bebedouro
6º Andar	Ao lado do bebedouro
7º Andar	Ao lado do bebedouro
8º Andar	Ao lado do bebedouro
9º Andar	Ao lado do bebedouro
10º Andar	Ao lado do bebedouro
11º Andar	Ao lado do bebedouro
12º Andar	Ao lado do bebedouro
13º Andar	Ao lado do bebedouro

Unidade Teixeira de Freitas 31 - RJ

Andar	Local
2º Andar	Copa
4º Andar	Copa
5º Andar	Copa

Unidade ERSP - SP

Andar	Local
21º Andar	Copa

11.1.6. Valor estimado por dose:

11.1.6.1. O valor de referência para licitação por dose, de acordo com a faixa de consumo é o seguinte:

Doses	Faixa	Quantidade Mensal (dose)	Valor Unitário
Franquia	I	0 até 13.739	R\$ 1,17
Excedente	II	A partir de 13.740 até 19.200	R\$ 1,17

11.1.6.2. No valor estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado, não sendo permitida posterior inclusão.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.
 - 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança da Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório

para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.22. Assegurar à Contratante em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais

previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IA e IB, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação

detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.5. No prazo de até 5 (*cinco*) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.5.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.5.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (*dez*) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

- 18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5. o valor a pagar; e
- 18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 18.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$(6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

I = (TX)

I =

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.12. Será considerada extinta a garantia:
- 20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia,

acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

21.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.2.7. As sanções previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.3, 21.1.4 e 21.1.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.2.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço ;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº

9.784, de 1999.

- 21.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são aqueles estabelecidos no Edital.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Valor Global de Referência: R\$ R\$ 269.570,34.
- 22.4.2. Valores Unitários de Referência: conforme planilha de composição de preços anexa ao Edital.
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

23.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado, na forma da Instrução Normativa nº 5, de 2014 e na IN 5/2017 - MP/SEGES, conforme detalhado abaixo:

Faixa			Quantidade Mensal (doses)		Valor Unitário Franquia e Excedente dose	Valor Estimado da Contratação (limite máximo excedente)	
			Limite total demanda (cumulativo)	Franquia e Excedente (por faixa)		Mensal	12 meses
Franquia	I	0 até 13.739	13.739	13.739	R\$ 1,17	R\$ 16.074,63	R\$ 192.897,90
Excedente	II	A partir de 13.740 até 19.200	19.200	5.461	R\$ 1,17	R\$ 6.389,37	R\$ 76.672,44
Valor total estimado (mensal e 12 meses)						R\$ 22.464,00	R\$ 269.570,34

23.3. As doses ultrapassadas da franquia mínima estabelecida serão consideradas excedentes e terão o valor unitário da dose franqueada.

23.4. O preço referencial máximo da licitação é de R\$ 269.570,34, para uma vigência de 12 meses.

23.5. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se no Documento Anexo ao Estudo preliminar SEI nº 1504214 constante nos autos.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. Os recursos orçamentários destinados à presente licitação correrão à conta do orçamento da ANCINE na seguinte classificação orçamentária:

PTRES:

FR:

ND:

25. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

25.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor infra-assinado, no uso de suas atribuições, estando em consonância com as disposições legais, sendo dada ciência à Gerência de Administração, e posterior aprovação do Secretário de Gestão Interna da ANCINE.

Anderson Gomes da Silva
Coordenador de Logística e Patrimônio

De acordo.

Considerando que a especificação do objeto e demais condições descritas atendem integralmente as necessidades desta Agência e, depois de verificada a conformidade dos procedimentos adotados, encaminhe-se ao Senhor Secretário de Gestão Interna.

Sueli Sokem Dalloul

Gerência de Administração

APROVO o presente Termo de Referência, especialmente o disposto no item 2.11, conforme disposto no art.3º, I, da Lei nº10.520/02.

Cesar Brasil Gomes Dias

Secretário de Gestão Interna

ANEXO I A

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

(Itens 9.2.16 e 9.2.17 do TR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. A contratada cumpriu os prazos previstos no contrato?			
2. Os serviços apresentam a qualidade esperada?			
3. A contratada observou a qualidade e quantidade dos materiais, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados?			

4. A contratada executou as rotinas e atendeu as demais obrigações pactuadas?			
5. Houve constatação de falhas no serviço?			
5.1. Falta de insumo			
5.2. Avaria na calibragem			
5.3. Insumo inadequado			
5.4. Falhas no funcionamento dos equipamentos			
5.5. Problemas eletromecânicos nas máquinas			
5.6. Equipamento com ocorrências reiteradas.			
6. A fiscalização técnica verificou, por meio de pesquisa, a satisfação do público usuário?			

ANEXO I B

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CAFÉ

Processo nº:	
Período:	
QUESITOS	NOTA

A. Funcionamento de máquinas (higienização e disponibilização de utensílios como: café, açúcar, adoçante, copos e palhetas).	
B. Fornecimento de insumos (variedade e rapidez na reposição de ingredientes).	
C. Fornecimento de café (sabor e temperatura)	
D. Fornecimento das demais bebidas quentes (sabor e temperatura)	
Resultados (A + B + C + D)/4	

Obs: Notas de 0 (zero) a 10 (dez).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Sokem Dalloul, Gerente Administrativo**, em 02/12/2019, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Gomes Da Silva, Coordenador(a)**, em 02/12/2019, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Brasil Gomes Dias, Secretário de Gestão Interna**, em 02/12/2019, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1521403** e o código CRC **F99AF2FD**.